


**Curso de Especialização em Psicopedagogia
e Tecnologias da Informação e
Comunicação na modalidade a distância**



**ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E TECNOLOGIAS DA
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO: ESTUDO DE CASO**

Sandra Maria Koch¹
Dr^a Luciane Magalhães Corte Real²
2015

RESUMO

Este trabalho investiga as transformações que estão sendo produzidas na educação escolar como consequência da utilização de Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC, no processo de escolarização e promoção da aprendizagem de aluno com deficiência. O objeto investigado é o trabalho e planejamento desenvolvido por professora especialista em Atendimento Educacional Especializado – AEE, em escola da rede pública estadual de ensino em Porto Alegre/RS, no período de julho a dezembro de 2014. A opção metodológica da investigação é de natureza de estudo de caso com abordagem sócio-histórica, apoiando-se nas ideias de Vygotsky (1896-1934). Foram analisados os seguintes instrumentos: entrevista semiestruturada realizada com a especialista em AEE e Plano de Desenvolvimento Individual – PDI de dois alunos, sendo uma menina de 8 anos e um jovem de 15. A pesquisa se propôs a apresentar subsídios para reflexão acerca da importância do uso de TIC como proposta de trabalho de desenvolvimento de habilidades e competências cognitivas de alunos com deficiência e a importância da oferta de AEE por professor especialista em educação especial, para a efetivação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

Palavras-Chave: Tecnologia da Informação e Comunicação. Atendimento Educacional Especializado. Educação Inclusiva.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho investiga quais transformações que estão sendo produzidas na educação escolar como consequência da utilização de Tecnologias da Informação e Comunicação - TIC, no processo de escolarização e promoção da aprendizagem de aluno com deficiência.

A investigação examina de que forma a professora do Atendimento Educacional Especializado – AEE, da rede pública estadual de ensino em Porto Alegre/RS, utiliza recursos de Tecnologias da Informação e Comunicação - TIC como ferramenta de mediação de aprendizagem e inclusão de alunos com deficiência. Ainda apresenta quais recursos são

¹ Professora da Rede Pública Estadual de Ensino. Mestre em Inclusão Social e Acessibilidade – Fevale/NH.

² Professora Orientadora

utilizados, identificando os fatores que influenciam o professor do AEE a utilizar TIC como ferramenta de mediação de aprendizagem. O período da investigação é de julho a dezembro de 2014.

Esta pesquisa se propôs a apresentar uma reflexão acerca do trabalho pedagógico realizado em Sala de Atendimento Educacional Especializado, em que se dá processo de inclusão e aprendizagem do aluno com deficiência, com o intuito de iluminar a importância da ação pedagógica ancorada em recursos de Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC.

Para atender os objetivos propostos, a opção metodológica da investigação é de natureza qualitativa, com procedimento técnico de estudo de caso. Para estruturar o ‘corpo’ teórico desta pesquisa, o referencial terá luz de teóricos como Fernández (2008), Freire (1996), Mantoan (2004, 2006, 2010, 2011), Vygotsky (2007 – 2010), Santarosa (2010), Skliar (2006), entre outros.

A partir da experiência profissional como professora da rede pública estadual de ensino, com formação em educação especial e inclusiva, atuando como professora formadora de professores para atuarem em sala de Atendimento Educacional Especializado - AEE, apoiada por teóricos que fundamentam esta pesquisa, pretende-se analisar e apresentar subsídios para a reflexão sobre a relevância da ação pedagógica desenvolvida no Atendimento Educacional Especializado - AEE e, do papel do uso de TIC no processo de ensino e aprendizagem de aluno com deficiência.

O presente artigo está organizado em cinco seções. A primeira seção dedica-se a fundamentação teórica sobre o tema investigado. A segunda apresenta os cenários, os parceiros da investigação e a metodologia adotada. Os resultados e as conclusões estão apresentados nas seções três e quatro respectivamente. As considerações finais estão na seção cinco.

2 ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E AS TECNOLOGIAS

Falar nos dias de hoje sobre educação inclusiva nos remete a necessidade de abordar diferentes conceitos, paradigmas e estratégias de ensino. Nesse sentido, a educação inclusiva assume importante papel no processo de escolarização de alunos com deficiência e exige do professor competências pedagógicas para orientar, produzir material, apoiar a utilização de recursos tecnológicos no contexto educativo com vistas à inclusão sócio digital e escolar.

Os pressupostos da educação inclusiva, a partir da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, da Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação (SEESP/MEC, 2007) “traz o redimensionamento da educação brasileira, para que realmente seja para todos”.

Neste sentido, a inclusão deve considerar a diversidade humana como renovação, compromisso com a eliminação de todas as barreiras e possibilitar acesso e participação plena das pessoas com deficiência, construindo, dessa forma, uma sociedade verdadeiramente inclusiva (SEESP/MEC, 2007).

Para garantir a inclusão, com condições de acesso e aprendizagem de todos os alunos, faz-se necessário ofertar o Atendimento Educacional Especializado – AEE para o público-alvo da modalidade de educação especial: alunos com deficiência física, sensorial, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

O AEE é realizado conforme estabelece o art. 5º da Resolução CNE/CEB nº 4/2009:

Prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em Centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de

O AEE é efetivado por profissionais especializados com suporte de apoio multidisciplinar, sempre que necessário. O profissional especializado, em articulação com os professores da classe comum e em consonância com o projeto pedagógico da escola, por meio do qual se institucionalizará em plano específico a oferta do AEE, estabelece as atividades, recursos e adaptações, que complementarão e/ou suplementarão a formação dos alunos.

Esse profissional é responsável por identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que desafiem os alunos e possibilite a plena participação nas classes comuns, consideradas suas necessidades específicas e de modo a assegurar a continuidade de estudos nos demais níveis de ensino.

Oferecer recursos de acessibilidade é pensar no aluno como sujeito capaz de aprender, independente de sua condição. Para tal, os recursos de tecnologia da informação e comunicação – TIC possibilitam a aprendizagem em igualdade de condições.

As Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC, são frequentemente apresentadas em estudos como instrumento de democratização e de melhoria do ensino e sob essa concepção, podem fazer toda a diferença para o processo de ensino e aprendizagem de aluno com deficiência, como afirma Coll (2010), Santarosa (2010). “As tecnologias digitais devem instituir uma rede de interfaces para construir e valorizar a diversidade humana, para abrir e projetar novas conexões e impor uma mudança qualitativa no processo de aprendizagem” (SANTAROSA, 2010, p. 356).

O uso de novas tecnologias no processo de ensino e aprendizagem deve ser movimento de transformação, de acessibilidade, de inclusão, fixando-se assim nas potencialidades dos alunos e não em suas limitações, dificuldades ou deficiência. Assim, entende-se o computador como ferramenta auxiliar no processo de ensino e aprendizagem, em outras palavras, conforme pondera Freire (1996), não se deve ser ingênuo apreciador da tecnologia, ela precisa transformar-se em ferramenta de inclusão social e de desenvolvimento da cidadania.

Segundo Menezes (2006), com o auxílio do computador os alunos com deficiência poderão ter inúmeras habilidades desenvolvidas, o que favorecerá o processo de aprendizagem e da descoberta da capacidade de aprender. Mobilizar assim o desejo de aprender, de buscar explicações sobre o mundo que os rodeia, de experienciar a vida. Assim, “a aprendizagem é dramatizada no corpo a partir da experiência do prazer pela autoria: ser autor do ato de ensinar e de aprender” (FERNÁNDEZ, 2008, p. 32).

Desta forma, propor o uso de Tecnologias da Informação e Comunicação para alunos com deficiência é possibilitar o acesso ao aprender a aprender, conquista de autonomia, socialização, isto é, reconstruir a própria história.

3 CENÁRIOS, PARCEIROS E METODOLOGIA

O Estudo de Caso aqui analisado é o trabalho realizado em Sala de Atendimento Educacional Especializado – AEE, em escola da rede pública estadual de ensino na cidade em Porto Alegre/RS, no período de julho a dezembro de 2014.

O Atendimento Educacional Especializado – AEE é ofertado para 24 estudantes, sendo alunos da própria escola e de escolas vizinhas como trabalho de escola polo. As características dos alunos atendidos são transtorno do espectro autista, deficiência intelectual, deficiência física e deficiência auditiva.

A ação pedagógica é desenvolvida por professora especialista em Educação Especial - Transtorno Global do Desenvolvimento e em Deficiência Intelectual e pós-graduada em

Mídias na Educação. A professora também tem formação em tecnologias assistivas e em tecnologias digitais acessíveis.

Os Planos de Desenvolvimento Individual aqui analisados, são de um jovem do sexo masculino com 15 anos e uma menina de 8 anos, ambos no ensino fundamental.

Para efeitos da pesquisa foi apresentado à professora especialista o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, para participar da entrevista e para cedência dos Planos de Desenvolvimento Individual de dois alunos, sendo aceito e assinado.

A coleta de dados foi realizada por meio da entrevista semiestruturada, encaminhada por correio eletrônico e depois realizada pessoalmente e da análise do Plano de Desenvolvimento Individual - PDI, proposto pela professora entrevistada aos dois alunos já indicados.

Para atender os objetivos propostos, a opção metodológica da investigação é de natureza qualitativa, com procedimento técnico de estudo de caso que de acordo com Yin (2001, p. 32), “um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e contexto não estão claramente definidos”.

A análise da investigação tem abordagem sócio-histórica, apoiando-se nas ideias de Vygotsky, que concebe o homem como ser ativo, social e histórico, que transforma a sua realidade a partir da interação com o meio e pela mediação.

Vygotsky (2003) sustenta que o conhecimento é sempre mediado, envolvendo um fazer e um atuar. “Portanto, a educação pode ser definida como a influência e a intervenção planejadas, adequadas ao objetivo, premeditadas, conscientes nos processos de crescimento natural do organismo” (VYGOTSKY, 2003, p. 82).

4 APRESENTANDO RELATOS DOS PARCEIROS

A investigação foi desenvolvida a partir da entrevista realizada com a professora especialista em educação especial, que atua em sala de atendimento educacional especializado e do Plano de Desenvolvimento Individual de dois alunos, por ela selecionados para análise.

4.1 Entrevista com a professora

A entrevista realizada com a professora especialista e a análise dos Planos de Desenvolvimento Individual permitiu identificar o conceito e concepções de Atendimento Educacional Especializado, a partir de estudos e de sua prática pedagógica.

A professora especialista entende que o trabalho do AEE tem como objetivo principal, adequar o ensino às necessidades do aluno e em consonância com o trabalho desenvolvido na sala de aula comum. Destaca que o professor especialista elabora Plano de Desenvolvimento Individual – PDI, a partir de estudo de caso do aluno encaminhado para o AEE pela professora da classe comum. Esse plano tem as diretrizes do trabalho a ser desenvolvido, traçando objetivos, estratégias e recursos necessários para o desenvolvimento de habilidades e competências cognitivas do aluno com deficiência.

Acredita que respeitar o ritmo de cada aluno é fundamental para o seu desenvolvimento, bem como conhecer sua história para poder estimulá-lo a aprender e a adquirir autonomia. Assim sua prática está ancorada na abordagem sócio histórica, buscando em Vygotsky (1896 – 1934) o referencial teórico para seu trabalho. Nesta visão, entende-se o indivíduo como sujeito de suas ações.

Para colaborar com essa visão, Santarosa (2010) afirma que “o homem se institui enquanto homem progressivamente, na medida em que amplia a maturação cognitiva forjada

nas relações e inter-relações constantes com o mundo dos objetos e dos indivíduos” (p.23).

A professora especialista compreende que os recursos de tecnologias são importantes ferramentas de mediação da aprendizagem, estimulando o interesse do aluno pela aprendizagem significativa. Para desenvolver seu trabalho utiliza vídeos e imagens, como por exemplo, com o aluno com surdez, com os outros alunos explora jogos pedagógicos e softwares gratuitos disponíveis na internet, além dos recursos existentes na sala de AEE.

A sala de atendimento educacional especializado dispõe dos seguintes itens, que foram cedidos pelo Ministério da Educação - MEC:

Equipamentos	Materiais didático/Pedagógico
02 Microcomputadores	01 Material Dourado
01 Laptop	01 Esquema Corporal
02 Estabilizadores	01 Bandinha Rítmica
01 Scanner	01 Memória de Numerais
01 Impressora Multifuncional	01 Tapete Alfabético Encaixado
01 Teclado com Colméia	01 Software CAA
01 Acionador de Pressão	01 Sacolão Criativo
01 Mouse com entrada para acionador	01 Quebra Cabeças superpostos-sequência lógica
01 Lupa Eletrônica	01 Dominó de Associação de Ideias
01 Roteador Wireless	01 Alfabeto Móvel e Sílabas
Mobiliários	01 Caixa Tátil
01 Mesa Redonda	01 Alfabeto Braille
02 Cadeiras Giratórias	01 Plano Inclinado – suporte para leitura
04 Cadeiras	01 Dominó Tátil
01 Mesa para Impressora	01 Kit de Lupas Manuais
01 Armário	
01 Quadro Branco	
02 Mesas de Computador	

Abaixo, imagens de alguns equipamentos e mobiliários disponíveis na Sala de Atendimento Educacional Especializado, Figuras 1 e 2.



Figura 1 – Mesas, Computadores e Impressora



Figura 2 – Mesa Adaptada e Jogos

Com relação ao uso de TIC no processo de ensino, observa que o aluno desafiado a encontrar respostas para os problemas postos pelos recursos, jogos, atividades, aprende brincando e brinca aprendendo, fortalecendo assim o seu encantamento e despertar para a aprendizagem. Como afirma Fernández (2008), o brincar permite o historicizar-se, conectar-se no presente e projetar o futuro.

Questionada se a professora da sala comum utiliza TIC em seu dia a dia, informa que apesar da percepção do crescimento do aluno que frequenta a sala de AEE e as escolas dispõem de laboratório de informática, ela ainda não utiliza esses recursos tecnológicos. Também em sua casa os alunos não dispõem de recursos tecnológicos, pois as famílias não têm condições econômicas ou mesmo porque não compreendem ainda sua importância para a aprendizagem de seus filhos.

Analisa ainda que maioria das famílias não está comprometida com a aprendizagem de seus filhos, preocupam-se mais com os resultados do que com o processo, “não se importam como se chegou até ele”. Assim percebe-se que o despertar do desejo de aprender do aluno encontra-se comprometido pela ação dos pais, que não se responsabilizam com a aprendizagem de seus filhos. Os fatores e aprofundamento desse não comprometimento não foram objeto deste estudo, merecendo também atenção de trabalho futuro.

O processo de inclusão de alunos com deficiência não depende somente da escola, da oferta do AEE, de professores especialistas, necessita do comprometimento da família que deseja que seu filho (a) aprenda a conhecer, a fazer, a viver e aprender a ser.

Com relação à escola, destaca que a conquista do espaço do AEE é diária, permanente, incansável, pois ainda existem professores que não aceitam a presença da professora especialista em suas salas, entendendo como uma ‘intromissão’ e não como o apoio efetivo para que a inclusão seja real e efetiva nesse ambiente. A direção da escola apoia o trabalho desenvolvido, pois reconhece a importância da ação.

Em outras escolas da região que visita, pois atende seus alunos, passa pelo mesmo processo de trabalhar para conquistar espaço junto à equipe. Os professores, que são parceiros no processo de inclusão, tendem a participar efetivamente e em todo o trabalho pedagógico para que o aluno com deficiência possa ter suas habilidades e competências cognitivas desenvolvidas. Discutem e estabelecem junto o currículo escolar mais adequado às necessidades e especificidades de cada aluno.

Da escola esperasse que tenha a inclusão como cultura e a partir dessa ação proporcione ambiente e currículo escolar adequado, acessível e que seu projeto pedagógico contemple a diversidade humana.

A inclusão não prevê a utilização de práticas de ensino escolar específicas para esta ou aquela deficiência e/ou dificuldade de aprender. Os alunos aprendem nos seus limites e se o ensino for, de fato, de boa qualidade, o professor levará em conta esses limites e explorará convenientemente as possibilidades de cada um. Não se trata de agir com realismo e coerência e admitirmos que as escolas existem para formar as novas gerações, e não apenas alguns de seus futuros membros, os mais capacitados e privilegiados. (MANTOAN, 2006, p. 67)

4.2 Análise do Plano de Desenvolvimento Individual da aluna FV – 8 anos

A aluna FV³ tem 8 anos, frequenta o 2º ano do Ensino Fundamental em escola próxima da escola onde recebe o Atendimento Educacional Especializado - AEE.

A aluna FV vive com os pais e uma irmã mais nova, que está no 1º ano do Ensino Fundamental e não apresenta qualquer comprometimento no processo de aprendizagem. Os pais de FV não tem hábito de auxiliar nas atividades escolares, parecem estar sempre muito ocupados com o trabalho e afazeres domésticos.

Os pais foram orientados a buscar diagnóstico com neurologista para sua filha, pois relatam história de que quando era bebe ficou na UTI por ter quadro de febre intensa, mas não houve esclarecimento sobre a doença que ocasionou a internação, suspeitando-se de meningite. FV em avaliação médica em novembro de 2014, foi diagnosticada com déficit de atenção. Nesse momento usa a medicação Ritalina 10mg. Tem atendimento semanal psicológico na Unidade Básica de Saúde - Navegantes.

A aluna FV ainda não distingue números, letras e símbolos. Costuma ficar envolvida em seus pensamentos, desligada da realidade. Não consegue se organizar e perde ou esquece frequentemente materiais na sala, como também, algumas vezes não reconhece seus pertences. A professora especialista iniciou o trabalho com a aluna em setembro de 2014. FV tem dificuldade em memorizar, realiza as atividades com lógica de erro e acerto, demonstrando não ter adquirido conhecimento e compreensão do que as letras e vogais representam. Realiza atividades com uso do computador e com atividades do Projeto Participar da Universidade de Brasília⁴ (Figura 3 Computador com a tela Projeto Participar), o qual a aluna está habituada a utilizar na sala de AEE e após, utilizando os mesmos desafios com material concreto, não consegue realizar a atividade com a aprendizagem esperada.

³ Para preservar a privacidade da aluna, ela será identificada por suas iniciais FV.

⁴ <http://www.projeto Participar.unb.br/>

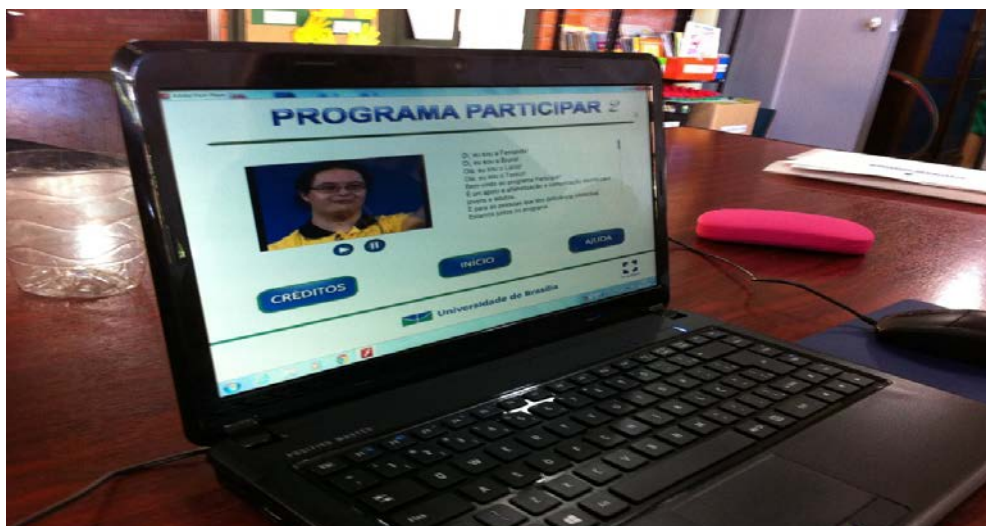


Figura 3 Tela do Projeto Participar

Observando o caderno da aluna FV, pode-se verificar que ainda não atingiu estágios de escrita pré-silábica, como estruturada na teoria de Emília Ferreiro. Percebe-se que FV não consegue relacionar as letras com os sons da língua falada, não dominando, enfim, o valor das letras e sílabas. Sua escrita é feita de garatuja, como demonstra a Figura 4. A aluna FV ainda não consegue escrever o próprio nome sem ajuda, como relatado pela professora especialista.

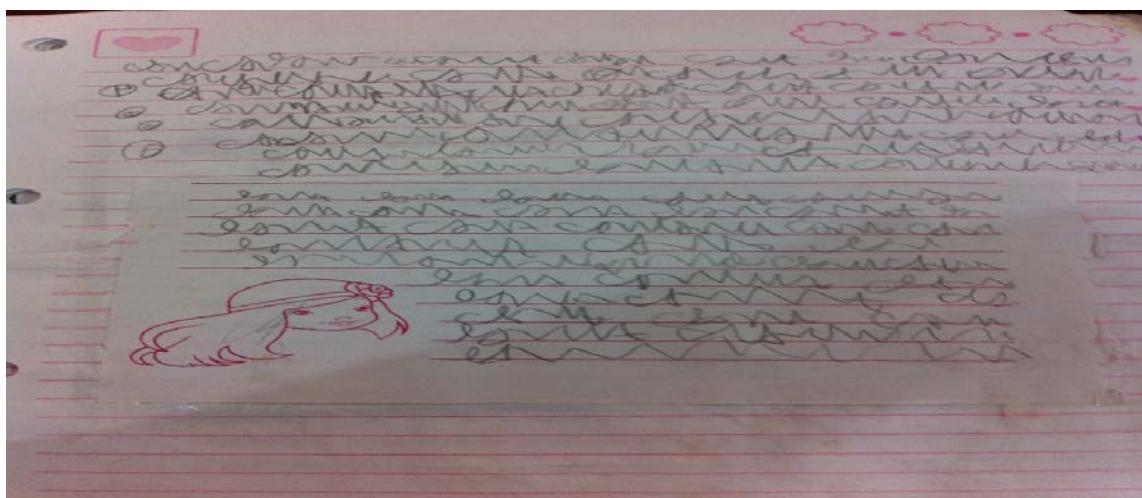


Figura 4 Caderno da aluna FV

O Plano de Desenvolvimento Individual – PDI ainda traz as ações necessárias para atender às necessidades educacionais da aluna, destacando no âmbito escolar a importância do compromisso entre a equipe diretiva e professora especialista em acompanhar, orientar e supervisionar o trabalho realizado com a aluna em sala de aula.

No âmbito da sala de aula há a necessidade de adequação curricular, isto é, adaptá-lo às necessidades da aluna. Estimular as potencialidades da aluna dentro do contexto das áreas de ensino do currículo escolar. Utilizar recursos alternativos nas situações de ensino e aprendizagem, como material concreto e uso de TIC. A avaliação deve focar o processo de desenvolvimento da aluna, o percurso e os avanços, podendo dessa forma reorientar o trabalho pedagógico, qualificando os objetivos propostos.

Apesar de a especialista informar que a professora da classe de FV é parceira no processo de inclusão, no entanto, ao analisar o caderno da aluna não se observa qualquer ação

planejada, pensada especialmente para FV (Figura 5). A professora escreve o “Roteiro” no caderno da aluna, dia após dia, sem que consigamos perceber adaptação curricular às necessidades e especificidades da estudante.

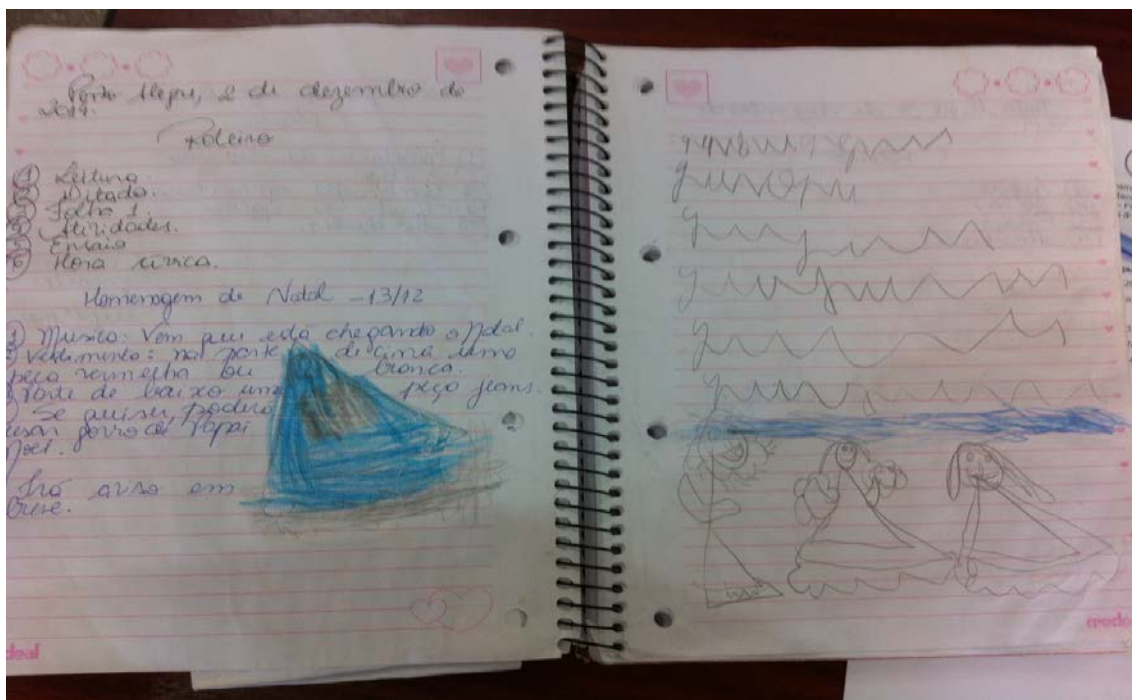


Figura 5 Caderno da aluna FV

A família foi orientada a dar continuidade ao acompanhamento multidisciplinar, tendo em vista que FV já conta com atendimento na Unidade Básica de Saúde.

O trabalho proposto para o AEE, busca, na área cognitiva desenvolver: percepção, atenção e concentração; memória; linguagem; raciocínio lógico. Área motora: equilíbrio; lateralidade; motricidade fina e organização espaço-temporal. Área afetiva: autoconfiança e autonomia.

Os recursos de tecnologias da informação e comunicação terão por objetivo desenvolver e aperfeiçoar as capacidades da linguagem e do raciocínio lógico-matemático. Para tal proposta, o uso de softwares e jogos pedagógicos será utilizado.

Com o olhar psicopedagógico foi sugerido que o teclado virtual, utilizado pela aluna FV durante a realização das atividades, seja substituído por teclado alfabético acreditando que dessa forma facilitará a aprendizagem, tendo em vista a grande dificuldade em armazenar conteúdos e conhecimento (Figura 6).



Figura 6 Teclado Virtual Alfabético Mouse Key

Também foi sugerido o uso do Teclado Mouse Key⁵, pois é um teclado silábico-alfabético, que possui letras e padrões silábicos em torno de cada letra. Seu objetivo é possibilitar a escrita para pessoas com dificuldades motoras, através do computador, mas de uso de qualquer pessoa (Figura 7).

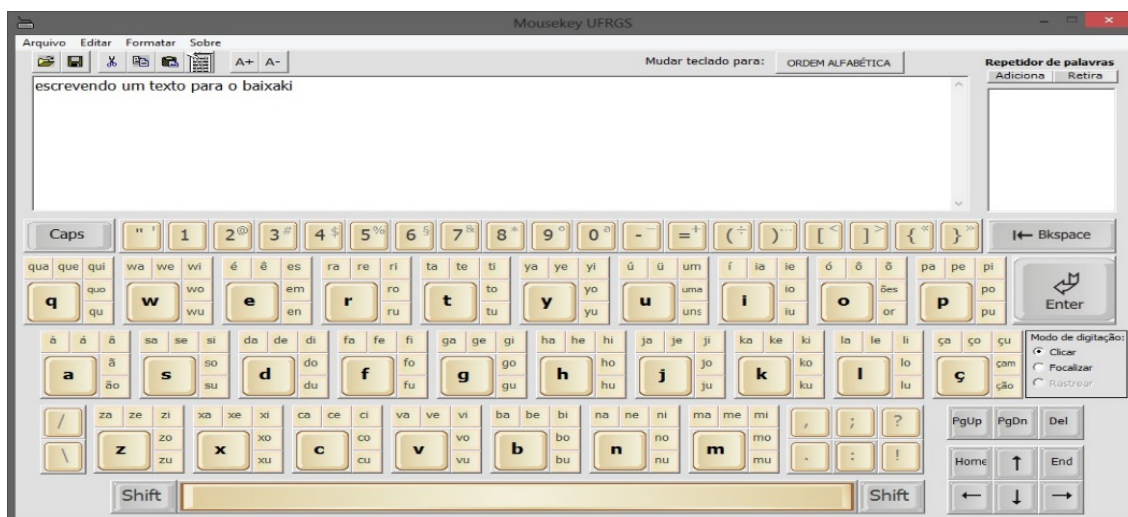


Figura 7 Teclado Virtual Mouse Key

A aluna será promovida para o 3º ano do ensino fundamental, tendo em vista a legislação que não prevê a retenção nos três anos iniciais, apesar de ainda não ter atingido os objetivos mínimos do 2º ano, mesmo com o trabalho desenvolvido em sala de AEE.

4.3 Apresentando o aluno MR – 15 anos

A Análise do Plano de Desenvolvimento Individual – PDI – aluno MR⁶. O aluno MR tem 15 anos, está matriculado no 7º ano do Ensino Fundamental, estuda em escola atendida pela escola polo. MR mora com os pais e uma irmã de 19 anos que é universitária. A mãe é quem acompanha MR na escola, mas não tem condições de ajudar nas atividades, pois tem limitações.

O aluno MR foi avaliado no segundo semestre de 2013, quando foi sugerido sua frequência no AEE, adequação curricular e apoio psicopedagógico. O aluno apresenta diagnóstico de Cromossopatia, que ocasiona distúrbios no seu desenvolvimento e aprendizado, também déficit de atenção. Apresenta desempenho intelectual médio inferior. Faz acompanhamento mensal em psiquiatria e quinzenal em psicologia. Para MR o currículo foi adaptado, por ainda não apresentar as habilidades e competências escolares para acompanhar o currículo escolar proposto para o 7º ano do Ensino Fundamental.

As ações propostas para a escola, para que possa atender as necessidades educacionais específicas de MR, a equipe diretiva, juntamente com a professora do AEE devem acompanhar orientar e supervisionar o trabalho realizado em sala de aula. No âmbito da sala de aula os professores devem flexibilizar o conteúdo desenvolvido, atendendo as necessidades

⁵ <http://www.ufrgs.br/niee/mousekey.htm>

⁶ Para preservar a privacidade do aluno, ele será identificado por suas iniciais MR

e especificidades do aluno.

Foram orientados também a fazer uso de vocabulário acessível, com explicações objetivas evitando assim interpretações equivocadas. As orientações em aula para MR devem ser repetidas diversas vezes, aliando a instrução verbal e uso de recursos visuais e auditivos. Para que o aluno possa realizar as atividades propostas, as instruções devem ter passo a passo. O uso de jogos pedagógicos e a calculadora podem auxiliar no ensino da matemática.

Assim atividades práticas e com uso de material concreto são indicados para que o aluno compreenda conceitos e aprendizagens que desenvolvam habilidades adaptativas fundamentais para sua autonomia e vida diária.

Com relação ao processo avaliativo, existe a orientação para que MR tenha os resultados apresentados por parecer descritivo, citando as habilidades e competências cognitivas desenvolvidas em cada uma das disciplinas.

No âmbito familiar deve ser dada continuidade ao acompanhamento multidisciplinar para que em trabalho em rede, família-saúde-escola, possam buscar estratégias para o desenvolvimento integral de MR.

Para o trabalho em sala de AEE foi proposto o desenvolvimento de atividades que proporcionem à MR uma imagem positiva de si, ampliando sua autoconfiança, reconhecendo suas potencialidades. Existe a necessidade de aprender a expressar-se com clareza para ser compreendido. Com relação aos objetivos cognitivos, deve-se buscar o aprimoramento de sua atenção, concentração e memória de curto prazo. Assim, jogos pedagógicos são indicados para que o aluno perceba que aprende e é capaz de superar desafios.

Aos professores e ao AEE é indicado o uso do computador para a produção escrita, leituras e pesquisas utilizando a internet, pois assim o aluno MR será estimulado a aprender e a realizar as atividades propostas. O uso de jogos pedagógicos virtuais também é indicado, pois o aluno desafiado a resolver problemas terá mais atenção aos enunciados, bem como poderá desenvolver a capacidade de compreensão de sua pertinência no grupo escolar, aprendendo regras, compartilhando conhecimento, fazendo amizades.

Durante a entrevista com a professora especialista, essa salienta a importância de formação de professores para que a inclusão realmente se efetive em nossas escolas. A especialista ainda acrescenta a necessidade de em sua formação fazer o curso de psicopedagogia, pois percebe que necessita compreender melhor o processo de aprender de seus alunos e como facilitar a sua aprendizagem, tornando-os mais independentes, capazes de aprender em um contexto onde o desejo de aprender é aprendido, mediado e facilitado pelo professor.

Percebe-se que a tarefa de ensinar, no contexto da educação inclusiva, exige do professor mais do que um curso de formação em educação especial. Exige uma intervenção capaz de ressignificar sua própria prática, sua forma de ensinar e aprender sobre seus alunos.

Fernández (2008) entende que: “Para ser um professor “suficientemente bom” não se consegue com técnica ou com cursos. Requer um trabalho constante consigo mesmo para construir uma postura, um posicionamento como aprendente, o qual resultará em modos de ensinar” (p. 36).

Ao aliar Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC no processo de ensino e aprendizagem de alunos com deficiência pode-se potencializar suas habilidades e competências cognitivas, pois possibilita o desenvolvimento da criatividade e do desenvolvimento humano e social, Macedo (2005), Coll (2010), Santarosa (2010).

Percebe-se que o uso de tecnologias da informação e comunicação são recursos importantes para o processo de escolarização de alunos com deficiência, devendo ser utilizados não somente na sala do Atendimento Educacional Especializado, mas também em sala de aula comum. As Tecnologias da Informação e Comunicação podem ser

potencializadoras de aprendizagens significativas.

Não se pretende propor o uso do computador como uma simples ferramenta de pesquisa ou de modernização da sala de aula, mas sim como possibilidade de instrumentalizar o professor para seu uso, promoção de acessibilidade e de inclusão de alunos com deficiência, com equidade de oportunidades (KOCH, p.114, 2012)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação inclusiva tem sido tema de inúmeras pesquisas, palestras, discussões e ações práticas em algumas escolas que compreendem que todos os envolvidos no processo são responsáveis por sua efetivação e que todos os envolvidos ganham com a inclusão.

Ofertar o Atendimento Educacional Especializado - AEE, efetivado por profissional especializado, é ação fundamental para que a inclusão seja efetiva e eficiente em nossas escolas. Aliar recursos de acessibilidade à aprendizagem dos alunos é compreender que ele é sujeito capaz de aprender, independentemente de sua condição. O que vai aprender e como vai aprender, dependerá de sua capacidade e especificidade.

As Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC exigem que os profissionais da educação saibam lidar com as implicações pedagógicas dessa realidade. Assim os professores necessitam de formação continuada para compreender sua importância no contexto escolar, propor ações pedagógicas que possibilitem o processo de inclusão social e digital de seus alunos, principalmente do aluno com deficiência que pode ter nessa ação sua oportunidade de acesso ao conhecimento e independência (Coll (2010), Perrenoud (2008), Santarosa (2010)).

Esta pesquisa debruçou-se a analisar a ação pedagógica realizada em sala de atendimento educacional especializado, em escola da rede pública estadual de ensino na cidade de Porto Alegre e o uso de tecnologias da informação e comunicação – TIC, como potencializadoras de aprendizagem e de acessibilidade.

Da entrevista realizada e da análise dos documentos disponibilizados, percebe-se que apesar do uso do computador e internet em sala de Atendimento Educacional Especializado, ainda não temos os resultados esperados para o processo de inclusão de alunos com deficiência. O uso dos recursos de acessibilidade está ainda muito restrito ao AEE, os professores da classe comum não utilizam o computador com os objetivos propostos para a inclusão e aprendizagem de seus alunos com deficiência, parece que ainda não conseguem visualizar sua importância no desenvolvimento de habilidades e competências cognitivas dos alunos.

O mesmo acontece na casa dos alunos, pois suas famílias não dispõem de TIC e pouco colaboram com a aprendizagem de seus filhos, ou por falta de tempo ou por não apresentarem condições de ajudar por suas próprias limitações.

O estudo nos remete a reflexão de que é ainda urgente que a educação inclusiva faça parte da pauta de discussão governamental, escolar e familiar, pois muito deve ser proposto, efetivado e realizado. Também não encerra o tema, mas possibilita vislumbrar uma das inúmeras possibilidades de trabalho inclusivo possível em nossas escolas.

Conclui-se que ofertar o atendimento educacional especializado a alunos com deficiência, com uso de tecnologias da informação e comunicação, é ação fundamental para o processo de inclusão e efetivação da educação para que seja realmente inclusiva. Cabe aos professores do atendimento educacional especializado, o planejamento e domínio dos recursos de acessibilidade que potencializem a aprendizagem de seus alunos, vislumbrando o desenvolvimento de autonomia e independência, como se deseja para qualquer cidadão.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva 2008**. Disponível: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em 10/dez/2014.
- _____. **Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva** – Secretaria de Educação Especial/MEC, 2010. Disponível em: http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/pg_educacao/marcos-politico-legais.pdf. Acesso em: 10/dez/2014.
- COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesus. **Desenvolvimento psicológico e educação**. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- COLL, César; MONEREO, Charles, et al. **Psicologia da Educação Virtual: aprender e ensinar com as Tecnologias da Informação e da Comunicação**. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- FERNADÉZ, Alicia. **O saber em jogo: a psicopedagogia propiciando autorias de pensamento**. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- KOCH, Sandra Maria. **Formação Continuada de Professores para a Educação Inclusiva: Desafios de Aprender e Ensinar em Ambientes Virtuais**. (Dissertação de Mestrado em Inclusão Social e Inclusiva). PPG/Feevale, Novo Hamburgo, 2012. Disponível em: <http://biblioteca.feevale.br/Dissertacao/DissertacaoSandraKoch.pdf>. Acesso em: 10/dez/2014.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar. O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo, 2004.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér; PRIETO, Rosangela Gavioli; ARANTES, Valéria Amorim (Org.). **Inclusão Escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér; Santos, Maria Terezinha dos. **Atendimento Educacional Especializado**. São Paulo: Moderna, 2010.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér (Org.). **O Desafio das Diferenças nas Escolas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- MENEZES, Eliana da Costa Pereira de. **Informática e educação inclusiva: discutindo limites e possibilidades**. Santa Maria: Ed. Da UFSM, 2006.
- PIAGET, Jean. **Seis estudos de psicologia**. 25. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.
- SANTAROSA, Lucila Maria Costi (Org.). **Tecnologias digitais acessíveis**. Porto Alegre: JSM Comunicação, 2010.
- VYGOTSKY, Lev Semenovich. **Pedagogia Pedagógica**. Tradução: Claudia Schilling. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- VYGOTSKY, Lev Semenovich. **Pensamento e Linguagem**. Lisboa: Relógio D'Água, 2007.
- _____. L. S.. **A Formação Social da Mente**. (Organizadores: Michael Cole et al). Tradução: José Cipolla Neto, Luis Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- YIN, Robert K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 2.ed. – Porto Alegre: Bookman, 2001.